

USOS DA HISTÓRIA: REFLETINDO SOBRE IDENTIDADE E SENTIDO

Manoel Luiz Salgado Guimarães*

RESUMO: O artigo propõe uma reflexão sobre a história e sua relação com a organização intelectual da memória afetiva do passado – parte constitutiva do processo de identidade – no contexto brasileiro dos 500 anos e na conjuntura internacional da globalização e das profundas mudanças culturais dos finais do séc. XX.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia – Identidade – Memória

Este começo de milênio no Brasil coincide com um momento especialmente singular: a celebração dos 500 anos da chegada dos portugueses e da integração de nossa história ao movimento da história européia e da cultura ocidental. É, portanto, sob o signo de uma experiência particular, a da modernidade, que vamos progressivamente nos inserindo num mundo geograficamente ampliado. As tensões próprias desta experiência irão configurar de maneira significativa nossa forma particular de inserção neste mundo alargado.¹ As comemorações e celebrações são particularmente ricas para compreendermos as intrincadas relações que são tecidas entre memória e História. Enquanto a primeira situa-se no campo dos afetos e dos sentimentos, procurando sacralizar os objetos que reverencia, a segunda pretende-se uma operação intelectual, um exercício crítico capaz de investigar as construções da memória, retirando dos altares e trazendo para o mundo dos homens, aqueles objetos sacralizados. As celebrações podem assim estimular a atividade do historiador, uma vez que os atos comemorativos tendem a inscrever as construções humanas num tempo mítico, apagando desta forma os traços e vestígios que ancoram estas construções num tempo social e cultural. Refazer esta gênese e este percurso impõem-se como condição para devolvermos ao homem sua historicidade. Por outro lado, estas ritualizações da História acionam, para os que vivem no presente, um passado a ser permanentemente recordado como forma de manutenção simbólica dos importantes laços de pertencimento coletivo. Especialmente a partir da invenção dos Estados-Nação no século XIX, estas atividades tornam-se capitais para a manutenção deste projeto político.

Pretendo, aqui, contribuir para uma reflexão acerca dos usos e sentidos da História compreendida na sua forma disciplinar, instituída como área de conhecimento, pensando-a contudo para além destes mesmos limites. Em outras palavras, interessa-me sobretudo interrogar acerca das profundas relações entre a disciplina e a vida social, vale dizer, refletir sobre significados políticos (concebidos em sentido amplo) de certos usos da disciplina. Na esteira destes questionamentos, argumento que a historiografia, como área específica de conhecimento e pesquisa no interior da disciplina histórica, poderá contribuir para um esforço de repensar a historicidade de nossa disciplina. É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita.

Reconheço não ser este um esforço simples, uma vez que implica em repensar os fortes traços narcísicos que marcaram a constituição da disciplina, e a tarefa de quebrar o espelho implica em um doloroso repensar dos rumos de nosso ofício. Difícil também porque a associação entre História e Identidade sempre esteve presente, num procedimento em que muitas das vezes estas identidades foram como que naturalizadas e a História serviu de respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as provas necessárias que pudessem sustentar uma memória acerca de identidades de construção recente. As profundas

* Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

¹ Sobre a experiência da modernidade consultar: BERMANN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Para uma compreensão destas questões considerando o caso brasileiro ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 6^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

relações implicadas entre uma escrita da História própria da cultura oitocentista e os projetos de construção nacional são, talvez, o exemplo mais característico dos entrelaçamentos entre projetos de escrita sistemática das lembranças do passado e produção de memória social. Segundo as instigantes colocações de Pierre Nora, em seu texto introdutório à obra *Les lieux de mémoire*: “Quanto mais grandiosas fossem as origens tanto mais elas nos tornariam maiores. Somos nós que somos venerados através do passado.”²

“O futuro, por definição, não possui qualquer imagem. A História lhe fornece os meios de ser pensado. Ela forma para a imaginação um quadro de situações e de catástrofes, uma galeria de ancestrais, um programa de atos, de expressões, de atitudes, de decisões oferecidas a nossa instabilidade e a nossa incerteza, e desta forma ajuda-nos a tornarmo-nos.” (Paul Valéry)

«A História é o produto mais perigoso já elaborado pela química do intelecto.» (Paul Valéry)

I

A História foi objeto privilegiado de reflexão para o literato europeu formado pela herança de um século considerado por excelência o século da História: o século XIX. Não só porque nos começos daquele século a disciplina institucionaliza-se no espaço do saber universitário demarcando seu campo em relação àquelas disciplinas para as quais tivera até então um sentido puramente propedêutico: a filosofia e o direito. Mas sobretudo porque este procedimento institucional sinalizava para o advento de uma poderosa cultura histórica, ainda a nos marcar coletivamente, e que viria afirmar e garantir a centralidade da História no processo de definição de sentidos para o homem contemporâneo. A perigosa química da qual nos fala Valéry combinara História, em sua perspectiva nacional, portanto como biografia da Nação, e disciplina acadêmica constituída a partir de certos princípios definidos como científicos e por isso objetivos em sua capacidade de tratar o passado da humanidade. Perigosa, porque reduzira a escrita da História a uma tarefa de legitimar os projetos nacionais em construção ao longo de todo o século XIX, assentando-a sobre os pilares seguros de uma ciência objetiva, o que dificultava assim compreender a possibilidade de uma escrita alternativa a estes projetos.

É como parte desta cultura histórica que herdamos nossa concepção de passado, radicalmente distinto do presente, mas sua fonte por excelência de explicação, lugar de localização privilegiada de sua verdade. Basta considerarmos a forma como o discurso político contemporâneo faz uso do passado para termos uma dimensão do peso que ele adquire para nossa cultura como fonte de significação. Por ocasião das comemorações dos quarenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial no dia 8 de maio de 1985, assim se dirigiu ao Parlamento alemão, o presidente da República Federal Alemã, Richard von Weizsäcker: “O dia 8 de maio é para nós sobretudo um dia de lembrarmo-nos do sofrimento de milhares de seres humanos. É também um dia para refletirmos acerca do curso de nossa História.”³ Evento emblemático da história contemporânea alemã, a Segunda Guerra Mundial, como consequência da barbárie nazista e do holocausto, torna-se o lugar por excelência de releitura do passado alemão. Os dois estados alemães surgidos a partir de 1949 encontram naquele evento a significação para sua legitimação, levando um conhecido historiador contemporâneo, Ernst Nolte, a referir-se à experiência do Terceiro Reich como ainda “presente entre os alemães” apesar de decorridas quatro décadas de seu fim. Dava início assim a uma enorme polêmica nos meios acadêmicos e políticos que veio a ser conhecida como a “querela dos historiadores”.⁴

Desde a segunda metade do século XVIII a filosofia da História fora capaz de definir o terreno da História como objeto de uma reflexão sistemática e racional garantindo assim para o mundo dos feitos e realizações humanas a possibilidade de um conhecimento sistemático e metódico. Esta tarefa, no entanto, só algumas décadas mais tarde e nos quadros da disciplina concebida como ciência, viria se concretizar sob a pena de um autor como Leopold von Ranke,

² NORA, Pierre. Org. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p. XXXI.

³ “Der 8. Mai ist für uns vor allem ein Tag der Erinnerung an das, was Menschen erleiden mussten. Er ist zugleich ein Tag des Nachdenkens über den Gang unserer Geschichte.” (VON WEIZSÄCKER, Richard. *Von Deutschland aus*. Reden des Bundespräsidenten. München: dtv, 1987, p. 11.)

⁴ *Historikerstreit*. Die Dokumentation der Kontroverse um die Einzigartigkeit der nationalsozialistischen Judenvernichtung. München: Piper, 1989.

consagrado como o primeiro historiador de ofício a ocupar uma cátedra especialmente dedicada à História na Universidade de Berlim. Recusando os princípios de uma teoria geral da História, Ranke concebia a sua escrita objetiva como necessariamente assentada sobre um método.

Este processo, que se estende por toda a segunda metade do século XVIII e começos do seguinte, foi descrito pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, como o da constituição de um singular coletivo. Quando grafada no singular a palavra História passa, contudo, a designar um conjunto amplo de eventos interrelacionados em que o significado de cada um deles, para ter garantida sua inteligibilidade, deve necessariamente considerar sua posição no conjunto maior de eventos relatados.⁵ História como esta forma peculiar de singular coletivo passa a significar algo mais do que a pura soma de histórias particulares. Uma nova sensibilidade quanto à temporalidade inaugura-se neste mesmo movimento: o horizonte de expectativas humanas alarga-se consideravelmente uma vez que passa a integrar à experiência temporal das sociedades do presente aquela de outros grupos e sociedades que viveram no passado, um tempo, portanto, que escapa à vivência particular de cada comunidade humana. Por outro lado, quando projeta o futuro como conseqüência de ações do presente, esta nova sensibilidade histórica em gestação, alarga para frente as experiências contingentes. Como parte de um novo conjunto de experiências que viabilizam progressivamente um sentido cada vez mais universal para as ações humanas realizadas nos mais diferentes espaços, a História como um singular plural sinaliza um novo horizonte de expectativas para as coletividades humanas. A História em si está para além das diversas histórias particulares e o conceito passa a designar, em seu sentido moderno, os fatos (as realizações), o relato destes e o conhecimento científico que, a partir do século XIX, pode-se obter acerca destes eventos. Com o século XIX, o passado tornou-se definitivamente submetido às regras da racionalidade tornando-se, portanto, uma questão da ciência.⁶

Nossa cultura histórica é forjada também no momento de constituição de um novo tipo de sociabilidade analisada por Norbert Elias como parte do processo de civilização que caracterizou um conjunto amplo e diversificado de transformações atravessadas pelas sociedades ocidentais entre os séculos XV e XVIII.

“A moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes são distintos aspectos da mesma transformação de conduta, que necessariamente ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança “civilizadora” do comportamento.”⁷

O texto de Elias nos permite a formulação de uma interessante hipótese para a compreensão da emergência de nossa cultura histórica, objeto das críticas sintetizadas pelas citações tomadas de Paul Valéry. Na medida em que sugere a compreensão desta cultura histórica articulada a um conjunto mais amplo de transformações e mudanças porque passam especialmente as sociedades européias ocidentais na segunda metade do século XVIII, enraíza-a num tempo-espaço social, como parte do que afirma ser uma “mudança civilizadora”, a história concebida como atitude de encadeamento sistemático dos eventos passados e presentes, viabiliza ao presente um significado para um passado não vivido, desconhecido e por isto mesmo ameaçador na sua diferença e intangibilidade. Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, a História é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças, que parecem inviabilizar uma referência ao passado, nos termos de uma busca de comparações com o presente, como forma de extrair soluções para a ação no mundo. A Revolução Industrial e seu violento processo de transformação da paisagem física e social do continente europeu a partir do século XVIII; a Revolução Francesa com a abertura para um tempo experimentado

⁵ KOSELLECK, Reinhart. Le concept d'histoire. In: KOSELLECK, Reinhart. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard Le Seuil, 1997, p. 15-99.

⁶ NIPPERDEY, Thomas. *Nachdenken über die deutsche Geschichte*. München: dtv, 1990.

⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Volume 2. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 198.

como sendo de realizações ilimitadas mas que não podiam mais contar com as certezas até então estabelecidas, são apenas alguns destes exemplos históricos que nos indicam o profundo processo de transformação por que passavam estas sociedades européias. A invenção moderna das Nações é parte deste mesmo movimento, impondo novas formas de lealdade política e buscando no passado a legitimidade que o tempo decorrido poderia assegurar a estas construções recentes. Segundo Ernest Renan, em sua famosa conferência na Sorbonne no ano de 1882 intitulada “*Qu’est-ce qu’une nation?*”⁸, a resposta seria a de que ela é um princípio: encontrável no passado através de um longo legado de lembranças possuídas coletivamente, mas também no presente através de um consentimento atual e sempre renovado, expressão de um desejo de viver em conjunto partilhando aquelas mesmas heranças. A História torna-se assim parte essencial do processo de criação das Nações, assim como de fixação de uma memória sagrada para esta invenção social. O esforço sistemático de lembrar o passado torna-se uma política de Estado acionando um conjunto diversificado de estratégias rememorativas: as comemorações e ritualizações do passado, compreendendo os feitos e os grandes homens de uma coletividade nacional; uma escrita da História nacional assim como os dispositivos disciplinares capazes de torná-la ensinável, matéria de uma pedagogia do novo cidadão nacional.

Em meio a tantas incertezas, a um futuro que se desenha como novo e diferente de tudo aquilo até então vivido, a História poderia significar o porto seguro, fornecendo uma chave explicativa para o conjunto destas transformações, marcando-lhes um sentido, já que faltavam elementos de comparação para este conjunto de experiências vivenciadas como ímpares. Um novo regime de historicidade, segundo as colocações de François Hartog, se instaura, quando o passado não pode mais ser o guia seguro para o presente e a História, portanto, a Mestra, o lugar das ações exemplares, medida de todas as coisas. Se ela perde este sentido para os homens, estes, na bela imagem de Tocqueville, debatem-se nas trevas. É pela afirmação do progresso como sentido maior da história dos homens, capaz de positivizar as transformações no sentido de fazê-las desejáveis, que o passado e o futuro passam a fazer um sentido para o presente como partes do processo da História. As incertezas do novo são domesticadas pelas certezas fornecidas pela História, agora capaz de significar experiências não vividas. Ainda que desconhecido como experiência, o passado pode ser explicado pela História capaz por este procedimento de gerar imagens e sentidos para a ação no presente. O que se busca nela agora não serão mais os modelos mas as explicações, as razões do presente. É este presente que articula o conjunto de condições necessárias para que o passado possa ser produzido como resultado de uma criação cultural e portanto, necessariamente coletiva.⁹ História e identidade passam a ligar-se intimamente: nossa identidade coletiva e individual assume, explícita ou implicitamente, uma profunda relação com a História. É nela que buscamos ancorar o barco de nossas vidas em busca de respostas que não podem tolerar as dúvidas e incertezas da tragédia humana. Frente aos desafios postos pela aventura da modernidade, as pretensas certezas da História asseguradas pelo seu aparato disciplinar.

Criticar esta cultura histórica herdada do dezanove parece ainda significar uma ameaça a esta nossa identidade, obrigando-nos a percebê-la como fruto de uma construção histórica e por isto mesmo submetida à passagem do tempo e à transformação. No entanto este mesmo exercício de crítica pode, se lido com outros olhos, significar a possibilidade de desejar um futuro ainda não entrevisto, uma afirmação dos valores humanos e de sua capacidade inventiva, surpreendente porque não totalmente previsível.

II

Retomemos a afirmação de Paul Valéry que parece se situar na contra mão de uma perspectiva dominante de História, que ao longo do século XIX afirmara o poder da disciplina em sua capacidade explicativa do presente e, de certa forma, anunciadora do futuro. Ao defini-la como um produto perigoso, problematiza uma visão hegemônica da história como condição da libertação humana, sendo o seu conhecimento a condição mesma para uma superação dos erros do passado como forma de alcançar um controle sobre o futuro. Finalmente conquistada sua cidadania acadêmica, a História apresentava-se como a ciência dos fatos humanos, impondo suas regras e sua disciplina a outras formas de conhecimento sobre a experiência dos

⁸ RENAN, Ernest. *Qu’est-ce qu’une nation?* Agora. Les classiques, 1992.

⁹ Ver a respeito: ASSMAN, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis*. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen. München: Beck, 1999.

homens. Neste processo de afirmação, a História construiu ela própria sua História, relendo os esforços já realizados de tratamento das experiências passadas como parte de um projeto que inevitavelmente desembocaria numa ciência da História segundo os parâmetros àquela altura definidos. Neste processo, a ciência da História, uma vez afirmado seu poder e legitimado seu saber através de instituições acadêmicas, define as chamadas “ciências auxiliares”, hierarquizando de forma clara as competências específicas para uma fala acerca do passado.

É contra a forma institucionalizada da História e seus claros desdobramentos políticos que Paul Valéry parece nos advertir ao qualificá-la como perigosa. Sua avaliação e crítica parecem situar-se numa tradição inaugurada ainda no século XIX com Nietzsche e seu texto a respeito das **“Vantagens e desvantagens da História para a vida”**, parte das considerações extemporâneas.¹⁰ Já neste texto o filósofo alemão advertia para os riscos presentes tanto numa história monumental quanto numa história antiquária, riscos que resultariam numa desmedida da História, fazendo da experiência humana um “vir a ser contínuo”, uma expectativa desmedida do futuro, que no limite poderia significar um desprezo da própria experiência presente. São inúmeras as tradições intelectuais que, segundo o filósofo, estariam na raiz desta concepção de sentido histórico: a mais expressiva delas e objeto de sua violenta e ácida crítica, o próprio cristianismo. Este sentido histórico, presente na forma institucionalizada da disciplina, a partir das primeiras décadas do século passado, parecia satisfazer-se com a possibilidade de estabelecer uma cadeia indefinida de causas e efeitos como elemento central para a inteligibilidade das ações humanas. Como resultado deste jogo perigoso, segundo a análise de Nietzsche, a História poderia encontrar sua causa fora dela mesma, localizada num lugar para além dos homens e de suas possibilidades, instaurando-a, portanto, no reino da Metafísica.

Herdeiro dessa crítica à cultura histórica oitocentista, Paul Valéry concebe duas possibilidades de texto histórico, nenhuma delas, segundo sua avaliação, capaz de fornecer aquilo de que necessitava quando recorria à História. Um primeiro conjunto de textos, de acordo com Valéry, apresentava a seu leitor um relato saboroso de cenas cuja especificidade seria pertencerem ao passado. Neste sentido, a “realidade” do relato continuava a demandar a capacidade de convencimento do autor, não se distinguindo portanto de outras formas de relato que supõem, eles também, o convencimento e a crença do leitor. Um segundo conjunto de textos estaria mais próximo das realizações da ciência da História, cujo convencimento advém do emprego de estratégias que fazem o leitor acreditar que o acontecido decorreria de um processo lógico e necessário desvendado pela ciência objetiva e comprovável do passado.¹¹ Para cumprir esta finalidade a pesquisa histórica deveria disponibilizar as provas irrefutáveis clareando os processos históricos. Se possível, reconstituindo os fatos como eles realmente teriam sido, segundo as exigências definidas por Leopold von Ranke.

Valéry parece, contudo, concentrar sua reflexão sobre os aspectos mais especificamente políticos desta leitura da História. Isto porque, na sua avaliação, a ação dos homens estaria sobretudo informada pelas referências ao passado mais do que pelas suas percepções imediatas a respeito das situações que se apresentam. Segundo ele, todo nosso edifício social assentava-se no valor e na crença do texto escrito, num sistema de crença, portanto, que depende fundamentalmente de sua transmissão através dos tempos como condição para forjar uma comunidade. A História ocupa assim um papel central para nossa contemporaneidade, pois é através dela que encontraremos as imagens e referências para as ações no presente como forma de preparar o futuro. Veículo, por assim dizer central, neste papel de transmissão assentado no valor do escrito. História e Tradição articulam-se intimamente embora sejam duas formas distintas de conceber o passado integrando-o às experiências presentes. Neste sentido ela pode, segundo ainda Paul Valéry, justificar aquilo que os homens desejarem, pois não faltarão exemplos para as mais diferentes situações que se apresentarem.¹² Sua força poderosa age sobre o futuro aprisionando-o de antemão. Este só consegue ser pensado a partir das referências constantes ao passado. É contra este sentido de orientação do presente pelo passado que se insurge Valéry, uma vez que esta postura impede uma relação criativa com o futuro, pensado por ele como um conjunto de possibilidades não realizadas, mas possíveis. Na medida em que este futuro é percebido como desdobramento de um passado, seu sentido já encontra-se comprometido e sua realização

¹⁰ Consultar a respeito a edição brasileira de Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 58-70.

¹¹ VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel et autres essais*. Paris: Gallimard, 1998, p. 12-3.

¹² Consultar a respeito LÖWITH, Karl. *Paul Valéry*. Grundzüge seines philosophischen Denkens. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1971.

uma condição inscrita no passado. É como se pensar o futuro, nos quadros da cultura histórica oitocentista, supusesse entrevê-lo como um presente constante. O futuro assim domesticado pela História jamais seria percebido como a realização do novo, mas como a realização daquilo que já se fazia presente. A História seria assim um registro sistemático, submetido ao crivo da prova científica, daquilo que deveria efetivamente ter acontecido, reafirmando uma tradição necessária e cuja transmissão torna-se condição da própria vida coletiva presente e da invenção do futuro.

Paul Valéry oferece-nos um interessante exemplo histórico de como uma certa prisão ao passado, responsável por uma avaliação menos livre do próprio presente, pode comprometer definitivamente a invenção do futuro. A atuação de Bismarck no Congresso de Berlim ao estimular a partilha da África pelas potências européias, acabou por gerar uma disputa acirrada entre estas potências, fazendo com que a Alemanha passasse a desejar ardorosamente aquilo que ela estimulava entre seus vizinhos e que resultaria em prejuízo para a própria Alemanha. Segundo Valéry, Bismarck foi capaz de pensar o futuro, mas profundamente marcado por esta cultura histórica considerada realista, este futuro não era diferente daquilo que já se apresentava como possibilidade para o presente dos atores envolvidos.¹³ O futuro estava assim de antemão amarrado aos sentidos e possibilidades disponibilizados pela experiência histórica passada com conseqüências que poderiam ser dolorosas para as sociedades envolvidas. Não nos esqueçamos que é marcado pelas inseguranças de um mundo em crise que Valéry elabora seu diagnóstico a respeito da História, responsabilizada em parte pela incapacidade de pensar diferentemente a construção do futuro em virtude do peso do passado sobre o próprio presente.

III

Lembre-mos de alguns dos pressupostos que fundamentam esta concepção de História que se torna hegemônica ao longo do século XIX. O objeto de seu estudo estaria assegurado pela existência mesma do passado, o qual, impondo-se à existência dos homens do presente, parecia guardar o sentido último revelador desta própria existência.

Este positivismo presente na tradição disciplinar da História pode ser compreendido a partir de uma concepção simplista do passado como resultado da **"passagem natural do tempo"**, segundo as colocações de Jan Assmann em seu instigante trabalho a respeito da Memória cultural¹⁴. Esta pretensa natureza da passagem do tempo encobriria o sentido de produção necessariamente inscrito num processo social e coletivo de transformar esta experiência de passagem do tempo em "passado" e num segundo momento em "história". O passado só pode efetivamente emergir como resultado, portanto, de uma relação que as diferentes sociedades estabelecem com este passar do tempo. Se esta relação é ela mesma histórica, o que significa afirmar ser diversa para cada sociedade no tempo, cabe a uma historiografia como disciplina investigar estas diferentes e diversas maneiras de constituição do passado, e neste sentido, podemos pensá-la como integrando os estudos em torno da memória cultural. Desde que possa organizar um inventário sistemático dos problemas e questões envolvidos nesta produção do passado, a historiografia como campo de pesquisa, poderá superar as simplificações das tentações positivistas ou de uma tradição que associa a reflexão historiográfica à confecção de um minucioso catálogo de autores e obras. Profundamente marcados pela cultura do inventário, própria de uma situação histórica em que o tempo é percebido de forma cada vez mais acelerada, ameaçando-nos seriamente com a possibilidade da perda de lembrança, tendemos a confundir estes repertórios minuciosos com a própria historiografia. Numa démarche diversa, que partindo dos inventários possa colocá-los sob o crivo da reflexão histórica, os textos de História deixam de ser meros pretextos para se constituírem em núcleo central da investigação historiográfica. Tarefa desmistificadora por excelência está reservada, segundo entendo, à historiografia como campo de reflexão, reintroduzindo a escrita da História num esforço que busca compreendê-la como parte de uma cultura, capaz de definir a abrangência e os limites da própria História. Segundo as sugestões de Michel de Certeau trata-se de *"admitir que a História faz parte da realidade da qual trata, e que essa realidade pode ser captada enquanto atividade humana, enquanto prática."*¹⁵

¹³ VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel et autres essais*. Paris: Gallimard, 1998.

¹⁴ ASSMANN, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis*. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen. München: Beck, 1999.

¹⁵ CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: Le Goff, Jacques & NORA, Pierre. Org. *História: Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 18.

No entanto, para que esta relação com o passado possa ser efetivamente estabelecida, duas condições devem estar presentes: em primeiro lugar, há que haver testemunhos deste tempo que passou disponíveis de alguma forma; em segundo lugar estes testemunhos devem apresentar uma diferença em relação ao hoje vivido pelas sociedades. Particularmente em momentos quando o que está em jogo é a construção do futuro das sociedades, esta diferença entre o passado e o presente tende a emergir de forma bastante significativa. Tomemos como exemplo o século XIX brasileiro, quando a partir da independência um novo projeto político se desenha para a antiga colônia portuguesa e como parte deste mesmo movimento uma escrita sistemática das lembranças do passado se torna central. Esta tarefa entre nós pode ser examinada quando consideramos o trabalho do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assim como a obra de Varnhagen. História submetida a uma memória, que lê o passado segundo as construções e demandas do presente. A construção da Nação impõe um registro, a partir de uma seleção, de certas lembranças do passado como forma de assegurar os projetos para o presente. Através deste procedimento de transformar as lembranças do passado em um relato organizado e coerente, produz-se sentido e significado para a vida coletiva pela via de valores como os de pertencimento a um grupo, legitimidade e autoridade da nova ordem em constituição e confiança capaz de sedimentar os projetos para a vida coletiva no futuro, quer no sentido de manutenção, quer no sentido de transformação da ordem instituída. Esta forma específica da cultura da lembrança (fenômeno que poderíamos qualificar como universal), própria das sociedades ocidentais no momento da construção dos diferentes projetos nacionais, confere à História como disciplina um lugar próprio, que para compreendê-lo impõe o abandono definitivo de uma perspectiva naturalizada da História, que estaria disponível ao pesquisador. Pelo contrário, a História emerge como parte da memória cultural com caráter eminentemente social e coletivo, diferindo, portanto, da arte da memória. Assim, a historiografia, para realizar seus objetivos, deveria necessariamente considerar suas relações com uma história da cultura como condição indispensável para cumprir sua tarefa de crítica às memórias sistematicamente construídas e por vezes naturalizadas.

A Historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo.

IV

Estamos nos aproximando de uma conclusão necessária, ainda que temporária. Algumas questões merecem consideração após este balanço provisório: Qual o sentido, nos tempos que correm do exercício deste ofício, tão recente em termos disciplinares, mas tão antigo como gênero de escrita, uma vez que seu nascimento pode ser situado entre os gregos da pólis democrática no século V antes de Cristo? E sobretudo como pensá-lo, hoje, como prática pedagógica escolar e universitária? Como podem os historiadores efetivamente contribuir para um diálogo com as outras áreas de conhecimento que tem a experiência humana como foco central de suas reflexões? Certamente a resposta a esta pergunta não pode mais se satisfazer com uma perspectiva que via na História a “imperatriz de todas as ciências humanas”, o lugar central para as respostas aos dilemas desta mesma experiência. Mais modesta, a história teve que aprender com outras disciplinas ao longo do tempo que não guardava o segredo maior, revelador do enigma humano. Primeiramente a sociologia e a economia, mais recentemente a antropologia e a lingüística, obrigaram o historiador a repensar suas convicções e certezas abrindo um diálogo que tem se mostrado de extrema valia, viabilizando questões novas e descortinando novos horizontes para a pesquisa. Aprendizado difícil porque implicava o diálogo com o outro, o reconhecimento do seu direito à fala e, ao mesmo tempo, uma perda significativa de poder institucional. Sua contribuição, mais modesta certamente, mas não menos importante, para além de trazerem a temporalidade e a diferença das épocas e construções históricas para o debate, estaria também na possibilidade de ampliar nosso conhecimento a respeito da diversidade das experiências humanas, desnaturalizando-as. Nosso olhar, como um olhar de um tempo, poderia assim ser educado para perceber o passado “como um país estrangeiro”, exigindo de nós os cuidados de não projetarmos nele aquilo que é próprio de um outro tempo e de um outro país. Em recente publicação, organizada

por Terrence McDonald, fala-se de um “Historic Turn” nas ciências humanas, sugerindo um crescente interesse destas ciências em relação à História.¹⁶ Alusão mais do que clara ao “linguistic turn”, que a partir da segunda metade dos anos setenta teria marcado o debate historiográfico, esta virada histórica refletiria talvez um sinal de novos tempos e de novos olhares, tanto dos historiadores em relação às demais ciências humanas, quanto destas em relação a nossa disciplina. Uma mudança histórica ela mesma.

Ao invés de representar um fardo a pesar sobre nossas costas impondo ao futuro um sentido já inscrito no passado, a História continuará sendo uma referência, mas agora para pensarmos com liberdade o futuro que queremos, um futuro que, como o passado, não resultou de uma natureza da História, mas das escolhas dos homens na História. Que o diálogo com a História e da História com outras disciplinas possa ser estimulante para pensarmos o que desejamos para a condição humana, sobretudo quando o futuro parece guardar tantas interrogações a este respeito. Que este diálogo nos seja útil para a vida entre os homens.

ABSTRACT: The article goes the history and its relation with the intellectual organization of the memory of the past – a significant part of the process of identity – in the brazilian context of the 500 years and in the international configuration of the globalization and the deep changes of the last decades of the XXth century.

KEY-WORDS: Historiography – Identity – Memory

¹⁶ McDONALD, Terrence J. Ed. *The Historic Turn in the Human Sciences*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1996.